

# ARRANJO INSTITUCIONAL E NEGÓCIOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM TERRITÓRIO DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

**Valéria de Meira Albach**

*Universidade Estadual de Ponta Grossa*

[val.albach@gmail.com](mailto:val.albach@gmail.com)

**Luciane Cristina Ribeiro dos Santos**

*Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS)*

[lu.ribeirocrs@hotmail.com](mailto:lu.ribeirocrs@hotmail.com)

**Carlos Alberto Cioce Sampaio**

*Universidade Regional de Blumenau*

*Universidade de São Paulo*

[carlos.cioce@gmail.com](mailto:carlos.cioce@gmail.com)

## Resumo

Os ecos socioeconômicos privilegiam experiências propositivas em curso com aprendizagens socioeconômicas e ambientais por meio de dinâmicas de desenvolvimento territorial com vistas à sustentabilidade. Nesse sentido, objetiva-se apresentar a relação dos negócios socioambientais de turismo de base comunitária com um arranjo institucional em território de áreas naturais protegidas. Para tanto, escolheu-se a iniciativa Grande Reserva Mata Atlântica, que abrange contínuo de vegetação nativa desse bioma, engloba diversas comunidades tradicionais em áreas litorâneas, porções marinhas e da Serra do Mar dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. O estudo é de caráter descritivo e exploratório-qualitativo com os procedimentos metodológicos principais: pesquisa documental, participante e entrevista com agentes-chave. No arranjo socioprodutivo institucional foi identificado que o empreendedorismo de negócios socioambientais é importante agente de desenvolvimento considerando iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC), a exemplo das apoiadas pelo Programa Natureza Empreendedora.

**Palavras-chave:** Ecos socioeconomia; Negócios sociais; Turismo.

**Citação recomendado:** Albach, V., Ribeiro dos Santos, L. & Cioce, C. (2023). Arranjo institucional e negócios socioambientais do turismo de base comunitária de áreas naturais protegidas. *Revista Gestión Turística*, (39), 29-49. ISSN 0717-1811.

# **INSTITUTIONAL ARRANGEMENT AND SOCIAL AND ENVIRONMENTAL BUSINESS OF COMMUNITY-BASED TOURISM IN THE TERRITORY OF PROTECTED NATURAL AREAS**

**Valéria de Meira Albach**

*Universidade Estadual de Ponta Grossa*

**Luciane Cristina Ribeiro dos Santos**

*Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS)*

**Carlos Alberto Cioce Sampaio**

*Universidade Regional de Blumenau*

*Universidade de São Paulo*

## **Abstract**

Ecosocioeconomics privileges ongoing propositional experiences with socioeconomic and environmental learning through territorial development dynamics with a view to sustainability. In this sense, the objective is to present the relationship between socio-environmental businesses of community-based tourism with an institutional arrangement in the territory of protected natural areas. For this purpose, the Grande Reserva Mata Atlântica initiative was chosen, which encompasses a continuum of native vegetation of this biome, several traditional communities in coastal areas, marine, and Serra do Mar portions of the states of Santa Catarina, Paraná, and São Paulo. The study is descriptive and exploratory-qualitative with the main methodological procedures: documentary research, participant, and interview with key agents. In the institutional socio-productive arrangement, it was identified that socio-environmental business entrepreneurship is a vital development agent considering Community-Based Tourism (TBC) initiatives, such as those supported by the Nature Entrepreneur Program.

Keywords: Ecosocioeconomics; Social business; Tourism.

Recommended cite: Albach, V., Ribeiro dos Santos, L. & Cioce, C. (2023). Arreglo institucional e negócios socioambientais do turismo de base comunitária de áreas naturais protendidas. *Revista Gestión Turística*, (39), 29-49. ISSN 0717-1811.

## **Introdução**

Para assegurar a conservação da natureza e o bem viver, compreendido como viver em plenitude no território (Alcântara & Sampaio, 2017, 2019), além de áreas naturais protegidas isoladas, há necessidade de integração entre esses espaços em mosaicos que os ampliem e favoreçam a proteção dos ecossistemas e processos ecológicos e geológicos. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação previa estratégias que levassem a esses objetivos, no entanto não estão sendo implementadas com sucesso como alertam Menezes et al., (2021). As ameaças à conservação da natureza são inúmeras, entre elas citam-se: (i) ausências de políticas pública efetivas e investimentos, (ii) crescimento do agronegócio e da urbanização, e (iii) falta de aplicação da legislação ambiental tanto por falta de pessoal no campo quanto por riscos de práticas de corrupção.

No entorno das áreas naturais protegidas, costuma haver residência de populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Muitas vezes, povos e comunidades tradicionais com as mais diferentes características de modos de vida de valor sociocultural inestimável. Os conflitos territoriais são comuns, haja vista que áreas destinadas à conservação possuem regramentos e restrições de uso, exploração e ocupação do solo. Se por um lado, tais restrições, em um primeiro momento, provocam um discurso de responsabilização do Estado por frear o desenvolvimento econômico, por outro lado permitem caminhos calcados no desenvolvimento que privilegia a proteção da natureza. A convivência entre as comunidades e esses espaços sugere complexidade e incita dialética. Há casos de organização social que resultam desenvolvimento com base “sustentável” ou não, o que sugere estranheza, pois se tratam de territórios legalmente protegidos.

O turismo responsável, no contexto apresentado, pode ser considerado como modalidade cultural de um serviço ecossistêmico que por sua vez promove o desenvolvimento territorial sustentável (Comini, 2016). É exemplo de atividade que pode contribuir com as populações rurais em situações de vulnerabilidade socioeconômica, mas que convivem com a biodiversidade, característica de seus modos de vida. Ainda que seja tema para outra pesquisa, o termo vulnerabilidade socioeconômica limita-se a não satisfação das necessidades de subsistência humanas, e que tem relação direta com a desigualdade estrutural provocada por um arcabouço que mescla pensamento e economia de crescimento e, o pior, como se esses fossem hegemônicos (Sampaio et al., 2022).

Nessa conjuntura, o empreendedorismo social tende a oportunizar o que pode ser denominado negócio social (social business), empresas sociais, negócios inclusivos, negócios com impacto social (Comini et al., 2012; Comini, 2016), dentre outras nomenclaturas. Em relação aos negócios sociais ligados a uma sociobiodiversidade, sugere-se o termo negócios socioambientais. No âmbito do turismo, observa-se possível a partir do Turismo de Base Comunitária (TBC) (pensado a partir da comunidade) e, mesmo, o Turismo Comunitário (pensado para a comunidade), independente das modalidades que predominam ou se mesclam, seja ecoturismo, agroturismo e turismo cultural (Sampaio & Zamingnan, 2012), desde que atendidas as questões socioambientais com protagonismo comunitário.

A reflexão dos negócios socioambientais no turismo aqui é permeada a partir da concepção de arranjo institucional com base territorial, estimulado por uma visão de bem comum (Santos et al., 2019). É encorajado por organizações não governamentais, visando a conservação do bioma Mata Atlântica e o desenvolvimento sustentável por meio da proteção da cultura (modos de vida) e promoção do turismo de natureza, pensados a partir das comunidades que vivem no território. Diante este cenário, a abordagem objetiva apresentar a relação dos negócios socioambientais de turismo de base comunitária com um arranjo institucional em território de áreas naturais protegidas. Para exemplificação, considera-se o território da Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA). O impulso da constituição do arranjo é de organizações não governamentais como a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. Há o apoio de outras instituições e iniciativas, principalmente a Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná (ADETUR Litoral), o Instituto a Mudança que queremos (IAMUQUE) e o projeto Rede Anfitriões do Litoral, além de diversos negócios socioambientais de iniciativas de empreendedora(e)s.

## **Metodologia**

O estudo é de caráter descritivo e exploratório-qualitativo com os procedimentos metodológicos: (a) pesquisa bibliográfica principalmente sobre os temas: ecossocioeconomia, negócios socioambientais, arranjos institucionais e turismo de base comunitária; (b) pesquisa documental em atas e relatórios da Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA) – Figura 1 - e Projeto Natureza Empreendedora; (c) pesquisa participante em reuniões mensais no período de agosto de 2021 a junho de 2022, sobre a GRMA; (d) entrevistas semi-estruturadas on-line com agentes do programa, totalizando 10 horas de diálogo e; (e) análise e sistematização de informações em formulário qualitativo de coleta de dados.

## ***Objeto de estudo***

A Grande Reserva Mata Atlântica é composta por 57 municípios brasileiros dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, incluindo as áreas litorâneas, porções marinhas e a Serra do Mar (Borges et al., 2021). Trata-se do maior fragmento contínuo de Mata Atlântica no mundo, correspondendo a cerca de 10% de toda a área remanescente com 28% do território protegido por 101 unidades de conservação (UCs). Nas áreas de entorno, não urbanizadas, vivem comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras (pescadores artesanais). Cabe acrescentar que essa região possui o título de Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Para operacionalização foram organizados em setores e uma rede de Portais: Vale do Ribeira (Portal das Águas, Lagamar, Serra de Paranapiacaba e Mata Atlântica), Litoral do Paraná (Portal Graciosa, Vale do Gigante, Guaraguaçu, das Ilhas, Guarakessaba), Rotas do Pinhão (Portal 01, 02 e 03) e Serra Mar Sul (Babitonga e Itapocu). A Rede de Portais de acesso à GRMA é formada por instituições públicas, empresas privadas, organizações da sociedade civil e indivíduos (pessoas físicas) que atuam para divulgar e promover o desenvolvimento turístico sustentável e a conservação da natureza no território.

Figura 1. Representação gráfica da área territorial da GRMA



Fonte: GRMA (2022)

## *Negócios socioambientais e arranjos institucionais de turismo de base comunitária*

O termo negócio social fica evidenciado quando o economista e empreendedor social Muhammad Yunus é contemplado com o Prêmio Nobel da Paz, versão 2006 (Rosolen et al., 2014). Para Yunus et al., (2010), o negócio social deve gerar impacto para a população de baixa renda (vulnerabilidade socioeconômica) e excedentes financeiros devem ser reinvestidos na organização. No entanto, não existe consenso na literatura sobre sua conceituação e operação, o que sugere a necessidade de sistematização teórica quanto à temática (Iizuka et al., 2015; Silva & Iizuka, 2018; Sassmannshausen & Volkmann, 2013). Os negócios socioambientais são organizações que podem ser consideradas híbridas, uma vez que buscam tanto solucionar problemas socioambientais de forma eficiente quanto a sustentabilidade financeira utilizando mecanismos de mercado (Comini, 2016). Na legislação brasileira da Estratégia Nacional de Investimentos de Impacto (ENIMPACTO), Decreto 9.977 de 2019, os negócios de impacto são definidos de forma similar a de Comini (2016), sendo: “empreendimento com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável”.

Segundo Carmona et al., (2020), o capital do negócio social/socioambiental é geralmente próprio dos fundadores ou se utilizam de financiamentos, inclusive coletivos, ou ainda buscam investidores por meio de aceleradoras. As aceleradoras são organizações que favorecem o contato dos negócios socioambientais com grandes empresas e investidores. Os beneficiários desses negócios são considerados seus principais stakeholders (indivíduos ou grupos que são influenciados ou podem influenciar a capacidade de um negócio em atingir seus objetivos), sejam eles os usuários/consumidores, as incubadoras (instituições que apoiam os pequenos negócios com suporte técnico) e aceleradoras, os funcionários, os parceiros ou fornecedores.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015), os atores institucionais no “ecossistema de negócios de impacto social” que assumem papéis de oferecer informação, incentivo, investimento e facilitar a implementação dos negócios são: poder público, instituições de ensino, instituições financeiras e instituições intermediárias (como incubadoras, aceleradoras, parques tecnológicos, iniciativas de disseminação da cultura do empreendedorismo e inovação). Cabe salientar, que a atuação desses negócios deve se alinhar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para Sampaio et al. (2020), no âmbito das organizações, são três os princípios dos ecos socioeconomias: viabilidade intraorganizacional (redes), agir extraorganizacional (que os resultados não apenas beneficiem os membros da rede) e agir extrarracional (revela conhecimentos apropriados). Estes princípios, quando combinados, promovem o desenvolvimento territorial sustentável, inspirado na visão de ecodesenvolvimento, que há 50 anos se refere a necessidade de mudanças de estilos de vida, alterando a concepção de tempo produtivo, como se ele apenas pudesse ser eminentemente econômico, e não ser motivado por promoção do bem coletivo, como se espera dos negócios socioambientais, promovendo o Bem Viver (Sachs, 1993; Sampaio & Dallabrida, 2009; Sampaio, 2010; Sampaio & Alves, 2019; Vieira & Sampaio, 2022). Nesse sentido, chamam atenção iniciativas do empreendedorismo social que geram valor socioambiental e econômico, contribuindo com a diminuição da vulnerabilidade socioeconômica, e a conservação da natureza, atendendo assim, mesmo que numa transitoriedade, aos princípios dos ecos socioeconomias.

Sobre o território, Schroeder e Formiga (2011, p. 93) o consideram “como uma construção social, produto das inter-relações entre atores locais e agentes de desenvolvimento. Sua natureza vai além da condição de suporte geográfico de recursos e atividades econômicas”. O território adquire assim a função de “integrador versátil”, é capaz de ligar culturas da sociedade local com as mudanças no contexto econômico global. As dimensões sociais, econômicas e territoriais são parte da constituição dos destinos turísticos com a oportunidade de integrar os setores sociais menos favorecidos com o turismo (Urieta, 2007).

No território o papel das instituições se destaca por poderem diminuir os problemas sociais por meio de ações em uma estrutura estável (North, 2002). As instituições englobam a cultura, estruturas e rotinas, que atuam em vários segmentos de jurisdição. A articulação das instituições incide sobre as esferas política, econômica, social e educacional (Marques, 1997). Desta forma, podem ser entendidos por arranjos o conjunto de elementos articulados na composição de ações concretas para serem tratadas analiticamente, dessa forma, os arranjos emergem do entrelaçamento de relações interativas individuais que acabam por determinar o que ocorre com os outros indivíduos que participam da ação (Procopiuck, 2013).

O termo arranjo institucional está associado à sociologia e à política, ou, conforme considerado na atualidade sociopolítica, os arranjos institucionais são estudados nas ciências políticas e no planejamento do desenvolvimento regional urbano (Sampaio et.al., 2008). Arranjos institucionais para Fox (1976, p.743) trata-se de um conjunto de entidades e normas legislativas que se relacionam entre si com a finalidade de organizar as atividades societárias de modo a alcançar objetivos sociais.

Os arranjos institucionais ou sociopolíticos são de importância para a formulação de políticas de desenvolvimento, de forma que, para uma construção adequada de arranjos institucionais, faz-se necessária a existência de políticas públicas estruturadas (Fiani, 2013). De acordo com Hollingsworth (2000), são exemplos de arranjos institucionais: mercados, redes, hierarquias privadas e associações. Esses elementos se fundem e se relacionam com os sistemas sociais de produção que são decisivos para o desempenho econômico. Segundo o autor, essa configuração é responsável por governar o comportamento dos atores em sociedade específica, sendo difícil sua transferência para outra sociedade.

Os atores sociais articulados em arranjos institucionais ou sociopolíticos são caracterizados como oportunidades promissoras de captar realidades, as quais se pretende expressar por meio de conceito da temática ‘governança’ (governance), que tem sido abordada com ênfase nas novas tendências de administração pública e de gestão de políticas públicas, especialmente com a “necessidade de mobilizar todo o conhecimento disponível na sociedade em benefício da melhoria da performance administrativa e da democratização dos processos decisórios locais” (Frey, 2007, p.138). De acordo com Dallabrida (2003), o termo governança é entendido por iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente em administrar demandas públicas, por meio de um esforço em conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais.

As redes, também denominadas como arranjos, são consideradas complexos organizacionais que são conectados uns aos outros, devido à dependência de recursos que cada membro possui com várias características: cooperação que se sustenta mediante os acordos entre os atores; aprendizado e disseminação da informação – transformação de ideia em ações; abertura (open-ended) utilizada em ambientes com recursos escassos e; utilização e fortalecimento de ativos intangíveis, relacionado com o conhecimento tácito e inovação tecnológica (Powell, 1990).

De acordo com Sampaio et al. (2008), o arranjo institucional com base comunitária confere diferencial de cunho estratégico para o desenvolvimento de municípios, principalmente em áreas carentes, traduzindo-se por processos coletivos de participação, como por exemplo: associações, assembleias, conselhos e fóruns de desenvolvimento locais, municipais, regionais e estaduais. Alves e Santos (2013), ressaltam que a discussão sobre a definição do TBC pode ser entendida a partir de diferentes aspectos, pautados, sobretudo, nos princípios da sustentabilidade e economia solidária, logo: cooperação e autogestão. De acordo com Irving (2009, p. 113), o TBC é entendido como uma “proposta de desenvolvimento local, através da valorização da cultura e identidade, dos modos de vida, respeitando as dimensões de uma sociedade em seus aspectos sociais, políticos, culturais e humanos”.

Vem sendo atribuído genericamente o título de Turismo de Base Comunitária (TBC) as práticas turísticas que têm como objetivos a geração de impactos favoráveis nas dimensões econômica e social em harmonia com o meio ambiente e com as culturas locais, e a essas experiências (Bartholo Jr et al., 2011). Essa modalidade de turismo adquire sentido além de um produto turístico convencional, baseado apenas na troca monetária entre turistas e destinos turísticos, e assume papel preponderante no encontro entre os viajantes e a comunidade receptora e seu ambiente (Zaoual, 2009). Além disso, favorece o desenvolvimento local a partir do protagonismo da própria comunidade e respeitando-se limites da capacidade de carga do local. Desse modo, o TBC favorece não apenas o desenvolvimento social e econômico, mas também orienta uma atividade de mínimo impacto ambiental, e por esse motivo vem sendo discutido como alternativa também no contexto de áreas naturais protegidas.

O TBC é um fenômeno que contribui para a junção entre a ecosocioeconomia e a gestão do desenvolvimento local. Contudo, no campo turístico é possível apontar os fenômenos de natureza intraorganizacional, que possuem característica com a relação entre as organizações macroespaciais (organizações localmente concentradas), o que gera um ambiente propício às tipologias de redes associativistas. Contudo, é necessário entender tal atividade como um subsistema interconectado a outros, como educação, saúde e meio ambiente, já que deve ser pensada como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico e sustentável na própria comunidade (Sampaio, 2010).

O autor complementa que as experiências de turismo de base comunitária não focam somente na igualdade da distribuição econômica a condição se dá na capacidade que se tem para acolher todos os visitantes turistas e não com resguardo cultural, o que possibilita conhecer outras culturas, outros modos de vida, diferentes do padrão urbano consumista.

De acordo com Sampaio et al., (2008) a ecos socioeconomia, como meio de desenvolvimento territorial sustentável com ênfase associativa comunitária, vem sendo a expressão do arranjo socioproductivo de base comunitária ou rede de economia solidária. Contudo, a ecos socioeconomia compreende uma força de governança em rede, que pretende dar visibilidade à experiência demonstrativa, oriunda do cotidiano, com a preocupação em buscar aprendizados socioeconômicos e ambientais em contexto sistêmico, interinstitucional, co-evolutivo e interdisciplinar por meio de uma dinâmica posta em dado território e no qual deseja promover a sustentabilidade de seu desenvolvimento.

## **Resultados e Discussão**

O arranjo institucional GRMA, atuante desde 2018, possui como conceituação a Produção de Natureza (Jiménez Pérez, 2019) propondo que as áreas naturais sejam modelos produtivos de uso do solo, assim como outros setores da economia, principalmente economia restaurativa. Pérez foi o responsável pela denominação Grande Reserva Mata Atlântica e sua atuação na Conservation Land Trust-CLT serviu de inspiração, principalmente pelo trabalho realizado na região do Parque Nacional Esteros del Iberá, na Argentina. O sistema da Rede de Portais, inclusive é inspirado no que ocorre nesse território argentino.

O setor em destaque no arranjo é o turismo de natureza que tende a ser pensado em base comunitária. Entende-se que em áreas acima de 50 mil hectares é possível manter paisagens e ecossistemas únicos ao mesmo tempo favorecendo a permanência das comunidades. É gerido com recursos das organizações não-governamentais envolvidas e principalmente, trabalho voluntário.

O programa é articulado pela metodologia do impacto coletivo (Kania e Kramer, 2011), abrangendo diversas ações e reuniões on-line mensais documentadas, que são realizadas para cumprimento da Carta de Princípios, prestação de contas, articulação, diálogo e comprometimento entre os agentes. A Carta de Princípios foi elaborada tendo base a normalização de Ecoturismo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a certificação Life.

Os agentes envolvidos são de diversos setores desde potenciais empreendedora(e)s e microempreendedora(e)s individuais até “big players”, além de ONGs, representantes da academia e agentes públicos. A gestão do arranjo é horizontal, isto é, sem níveis hierárquicos preconizando a articulação entre os agentes em processo colaborativo para atingir objetivos comuns.

A divulgação da GRMA como destino de turismo de natureza e aventura, vem sendo realizada com qualidade por meio de materiais gráficos, audiovisual, gestão de redes sociais e participação dos representantes da backbone (espinha-dorsal) do programa em eventos diversos. Também, com o apoio da maior operadora de turismo da região, algumas experiências de visitação começam a ser comercializadas on-line, na página que é nominada por participantes de motor de vendas.

Figura 2. Exemplo de material de divulgação





No ciclo de 2020 (Fundação Grupo O Boticário, 2020), dos 20 negócios que entraram na fase de aceleração, 10 foram do eixo turismo sustentável, 3 de produtos e serviços sustentáveis ligados à gastronomia e artesanato, 2 de cadeias produtivas da biodiversidade, 3 de educação ambiental (comunicação para a conservação) e 2 de sustentabilidade marinha ligados também à produtos gastronômicos. Desses 20, 3 negócios mencionam diretamente a relação com o TBC, sendo uma operadora de TBC, uma operadora turística que comercializa experiências em comunidades caiçaras e um negócio de pesca artesanal que promove vivências de TBC, há também uma cooperativa de artesanato que merece distinção.

No ciclo de 2021 (Fundação Grupo O Boticário, 2021), com novas nomenclaturas dos eixos e requisitos para a aceleração dos negócios socioambientais, foram elencados 13 negócios, sendo 4 de turismo sustentável, 4 de agricultura, pecuária e manejo florestal sustentável e 5 de produtos e serviços sustentáveis. Desses 13, destaca-se uma operadora que comercializa experiências em comunidades caiçaras e indígenas, um pequeno negócio de agroturismo e uma associação de turismo regenerativo. A maior parte dos negócios é de microempreendedores individuais. Ainda que os resultados possam ser promissores por um lado, desafios ainda são grandes.

O conjunto de micro organizações beneficiadas com o Programa GRMA constituem-se em laboratório de experimentações ecos socioeconômicas que promovem o desenvolvimento territorial sustentável, no sentido de fortalecer modos de vida de comunidades tradicionais e povos originários, conectados com o Bem Viver, e que esses, a partir de seus modos de produção próprios, possam ser inseridos na economia de mercado. Como comentado, os desafios, como em outras experiências de uma outra economia, circundam o resguardo da racionalidade coletiva que possibilita compreender que tempo produtivo não se resume, necessariamente, aquele que a atividade seja remunerada pela lógica econômica, mas aquele que tenha como inspiração uma visão diacrônica, baseado no cuidado com o outro ser humano e com a natureza, o que suscita o Bem Viver. Em síntese, como prefacia Manfred Max-Neef (Sampaio, 2007), não se é contra realizar negócios, mas que os ganhos de uns não sejam às custas das perdas de outros.

## **Conclusões**

A inovação social ocorre quando uma nova ideia traz uma forma diferente de pensar com novas abordagens para problemas antigos provocando mudanças institucionais para as normas existentes (Bessant & Tidd, 2009), neste caso, a preocupação é gerar valor socioambiental, ao invés de riqueza econômica como prevalece na racionalidade de tempo produtivo, o que se relaciona ao conceito de negócios socioambientais.

É importante dar-se conta que o TBC não é mais uma modalidade do turismo, mas uma filosofia de pensar o território a partir das pessoas que nascem, vivem e morrem neles. Inclusive, a partir do TBC é possível até mesmo instrumentalizar modalidades do turismo que normalmente “coisificam” as comunidades, ainda que se tenha a compreensão de haver casos de condutas diversas no trato comunitário, entre as mais responsáveis e as menos. Portanto, há possibilidade de se ter ecoturismo, agroturismo ou turismo cultural de base comunitária ou, senão, pensados de forma responsável por atores bem-intencionados. Mesmo o turismo de base comunitária pode apresentar limitações, ainda que muitas vezes seja enaltecido como “remédio para todos os males”.

O antropocentrismo que protagoniza o homem como sujeito de direitos não deve sobrepor aos direitos da natureza, mesmo porque se há alguém que perde na ocasião que esta relação é assimétrica, como se constata em tempos de cenário de mudanças climáticas, e mais recentemente em ambiente pandêmico, é o ser humano. É necessário possibilitar a coprodução, no sentido que ambos, homem e natureza, “ganham”, como sugere a “bandeira” dos negócios socioambientais em torno da “Produção de Natureza” defendida por atores do território da Grande Reserva Mata Atlântica.

Os coordenadores da GRMA possuem a expectativa que a governança permaneça e não seja incorporada pelos governos, ainda que esses sejam atores institucionais significativos, mas muitas vezes são cooptados por interesse corporativistas. Isto é, se ainda não bastasse as próprias disputas locais territoriais, incorpora-se demandas geopolíticas regionais, diante que a espacialidade que compreende a GRMA engloba três diferentes estados do país. Portanto, não se deseja que os negócios socioambientais sejam associados a política partidária. No momento atual, não há evidências da maior parte das municipalidades em assumir a Carta de Princípios, pois politicamente não se associa a causa ambientalista de organizações não governamentais.

É importante assegurar que a concepção do Programa GRMA seja construída a partir da base comunitária, pois não há ninguém que melhor conheça as dinâmicas da natureza no lugar que elas vivem. Os planos de negócios que fazem emergir os negócios socioambientais devem ser pensados de maneira sistêmica que incorporem tais práticas (Brusamolin et al., 2022). Por outro lado, que não prevaleça o localismo exagerado, como que uma comunidade fosse melhor do que outra, ainda que se reconheçam as diferenças. Neste sentido há significância de se constituir redes colaborativas com outras iniciativas no país, até mesmo para constituir arranjos socioprodutivos de base territorial fortalecidos para que possam ser incluídos na economia de mercado e não correrem risco de cooptação pela lógica de economias de escala, contrária ao modo de produção qualificado, humanizado e territorializado. As ecossocioeconomias, como comentado, não são o “remédio para todos os males”, mas podem ser uma alternativa que possibilita uma economia de transição para o Bem Viver.

## Referencias

- Alcântara, L. C. S., & Sampaio, C. A. C. (2017). Bem Viver: uma perspectiva (des) colonial das comunidades indígenas. *Revista Rupturas*, 7(2), 1-31. <http://dx.doi.org/10.22458/rr.v7i2.1831>
- Alves, K., & Santos, A. C. S. D. (2013). Turismo de base comunitária e tecnologias educativas. *Turismo de base comunitaria e cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensao no Cabula e entorno*. Salvador: EDUNEB.
- Bessant, J., & Tidd, J. (2009). *Inovação e empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman Editora.
- Borges, R. A., Alves, M. C., Sezerino, F. D. S., & Santos, S. R. L. D. (2021) Grande Reserva Mata Atlântica: um destino turístico de produção de natureza. In: Sutil, T., Ladwig, N. I., & Silva, J. G. S. D. *Turismo em áreas protegidas*. Criciúma: UNESCO, 196-213. <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/9050/1/Grande%20Reserva%20Mata%20Atl%C3%A2ntica.pdf>

- Brusamolin Jr., L.; Sampaio, C. A. C.; Santos, L. C. R. (2022) Cadeia curta agroalimentar sustentável do feijão: sob a ótica do movimento Slow Food. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 11 (1), p. 112 – 125. [10.21664/2238-8869.2022v11i1.p112-125](https://doi.org/10.21664/2238-8869.2022v11i1.p112-125)
- Carmona, V. C., Martens, C. D. P., & de Freitas, H. M. R. (2020). Os antecedentes da orientação empreendedora em negócios sociais. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 9(2), 71-96. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7294028>
- Comini, G. M. (2016). *Negócios sociais e inovação social: um retrato de experiências brasileiras* (Doctoral dissertation, Livre Docência, Universidade de São Paulo). <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/12/tde-15122016-143942/fr.php>
- Comini, G. M., Barki, E., & de Aguiar, L. T. (2012). A three-pronged approach to social business: A Brazilian multi-case analysis. *Revista de Administração*, 47(3), 385-397. <https://doi.org/10.5700/rausp1045>
- Dallabrida, V. R. (2003). *Gobernanza y Planificación Territorial: para la Institucionalización de una Práctica de " Concertación Público-Privada"*. *Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal: DAAPGE*, 4(3), 61-94.
- Decreto 9.977 de 2019. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto. 19 de Agosto de 2019. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9977.htm#art13](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9977.htm#art13)
- Fiani, R. (2013). *Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas* (No. 1815). *Texto para Discussão*. <https://www.econstor.eu/handle/10419/91275>
- Fox, I. K. (1976). Institutions for water management in a changing world. *Natural Resources Journal*, 16(4), 743-758. <https://www.jstor.org/stable/24881055>

- Frey, K. (2009). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, (21). <http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>
- Fundação Grupo o Boticário. Natureza Empreendedora. Ciclo de Aceleração 2021. <https://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/Biblioteca/10028A%20AF%20Revista%20Eletronica%20Natureza%20Empreendedora.pdf>
- Fundação Grupo o Boticário. Natureza Empreendedora. Ciclo de Aceleração 2020. <https://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/Biblioteca/20201223%20Natureza%20Empreendedora.pdf>
- Hollingsworth, J. R. (2000). Doing institutional analysis: implications for the study of innovations. *Review of international political economy*, 7(4), 595-644. <https://doi.org/10.1080/096922900750034563>
- Iizuka, E. S., Varela, C. A., & Larroudé, E. R. A. (2015). Social Business Dilemmas In Brazil: Rede Astacase. *Revista de Administração de Empresas*, 55, 385-396. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020150403>
- Irving, M. D. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In Bartholo, R et al (2009): *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009,108-121.
- Jiménez Pérez, I. (2019) *Produção de Natureza: parques, rewilding e desenvolvimento local*. Curitiba: SPVS, 2019. <https://www.spvs.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Producao-de-Natureza.pdf>
- Kania, J., & Kramer, M. (2011). Collective impact. *Standford Social Innovation Review*, v. 9, n. 1, 2011, p. 36-41. [https://ssir.org/articles/entry/collective\\_impact](https://ssir.org/articles/entry/collective_impact)
- Marques, E. C. (1997). Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. *BIB-Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, (43), 67-102. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/184>

- Menezes, P. C., Souza, T. V. S. B., & Folmann, A. C. (2021). Brazilian Trails Network and Connectivity, Putting a Recreation Infrastructure to Work for Conservation Gains. *Tourism Planning & Development*, 1 (8). <https://doi.org/10.1080/21568316.2021.1917448>
- North, D. (2002) *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pipe Social – Fundação Grupo O Boticário. (2020) 1 Mapa de Empreendedorismo sustentável na Grande Reserva da Mata Atlântica SP-PR-SC. [https://pipelabo.com/wp-content/uploads/2021/04/INFOGRAFIA\\_Chamada\\_1oMapa\\_Em.Sust\\_Gran.Res\\_.Mata\\_Atl\\_2020\\_FINAL\\_18\\_SET.pdf](https://pipelabo.com/wp-content/uploads/2021/04/INFOGRAFIA_Chamada_1oMapa_Em.Sust_Gran.Res_.Mata_Atl_2020_FINAL_18_SET.pdf)
- Powell, W. (2003). Neither market nor hierarchy. *The sociology of organizations: classic, contemporary, and critical readings*, 315, 104-117.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2015). *Mercados inclusivos no Brasil. Desafios e oportunidades do ecossistema de negócios*. [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/73dcf2696e7be2758b2b40d64eda846c/\\$File/5764.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73dcf2696e7be2758b2b40d64eda846c/$File/5764.pdf)
- Procopiuck, M. (2013). *Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária*. Editora Atlas.
- Rosolen, T., Tiscoski, G. P., & Comini, G. M. (2014). Empreendedorismo social e negócios sociais: Um estudo bibliométrico da produção nacional e internacional. *Revista Interdisciplinar de gestão social*, 3(1). <https://doi.org/10.9771/23172428rigs.v3i1.8994>
- Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. In: Bursztyn, M. et al. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 29-56.
- Sampaio, C. A. C. (2007). Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. *Revista Turismo em Análise*, 18(2), 148-165. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v18i2p148-165>

- Sampaio, C. A. C. (Org.) (2010) *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Blumenau: EDIFURB.
- Sampaio, C. A. C., & Alves, F. K. (2019) *Ecossocioeconomias: um conceito em construção*. In: Sampaio, C. A.C.; Grimm, I. J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; Mantovaneli Jr., O.: *Ecossocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis*. Blumenau: Edifurb.
- Sampaio, C. A. C., & Dallabrida, I. S. (2009). *Ecossocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia*. Revista da FAE, 12(2). <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/296>
- Sampaio, C. A. C., & Zamignan, G. (2012). *Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR)*. Cultur-Revista de Cultura e Turismo, 6(1), 25-39. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5314885>
- Sampaio, C. C., Grimm, I. J., Alcântara, L. C. S., & Mantovaneli Junior, O. (2020). *Eco-socioeconomies: Analysis of experiences in the west of the United States of America*. Revista Brasileira de Gestao e Desenvolvimento Regional, 369-382. <http://hdl.handle.net/11449/205451>
- Sampaio, C. A. C., León, I. C. D., Dallabrida, I. S., & Pellin, V. (2008). *Arranjos socioprodutivos de base comunitária: arranjos produtivos locais pensados como arranjos institucionais. O caso da mondragón corporação cooperativa*. Organizações & Sociedade, 15, 77-98. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000300004>
- Santos, L. C. R., Sampaio, C. A. C., Procopiuck, M., da Silva, F. D. P. S., & Panke, R. (2019) *Arranjo Institucional e Socioprodutivo Correlações e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia*. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science, 8(3), 397-417. 10.21664/2238-8869.2019v8i3.p397-417
- Sassmannshausen, S. P., & Volkmann, C. (2013). *A bibliometric based review on social entrepreneurship and its establishment as a field of research*, Schumpeter Discussion Papers, N (2013-003), 1-31. urn:nbn:de:hbz:468-20130423-111122-6

- Schroeder, R., & Formiga, N. (2011). Oportunidades para el desarrollo local: el caso del Sudoeste Bonaerense (Argentina). Cuadernos de geografía: revista colombiana de geografía, 20(2), 91-109. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v20n2.27183>
- Silva, C. S., & Iizuka, E. S. (2018). Mapeamento de negócios sociais e organizações congêneres no Brasil. Revista de Ciências da Administração, 20(52), 123. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018V20n52p123>
- Urieta, A. O. (2007). La importancia de la visión de territorio para la construcción de desarrollo competitivo de los destinos turísticos. Cuadernos de turismo, (19). <https://revistas.um.es/turismo/article/view/13811>
- Vieira, P. H. F., & Sampaio, C. A. C. (2022). Ecosocioeconomias na Encruzilhada do Antropoceno. Uma Perspectiva Sistêmica-Transdisciplinar. Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha, 12(1), 168-208. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2022v12i1.p168-208>
- Yunus, M., Moingeon, B., & Lehmann-Ortega, L. (2010). Building social business models: lessons from the Grameen experience. Long range planning, 43(2-3), 308-325. <https://hal-hec.archives-ouvertes.fr/hal-00489962>
- Zaoual, H. (2009) Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: Bartholo, R et al (2009):Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 194.